Os pólos da irracionalidade política e suas variações

Quase sempre a paixão pela liberdade conduziu à ditadura. Cumpre lembrar, para encaminhar a sofística, que ela vacila entre dois pólos de obediência: obediência ao "número" e obediência ao "chefe". Com o fascismo, temos o chefe ostensivo e tragicômico; com o liberalismo, a chefia onímoda da burocracia que atinge sua forma mais mercantil no parlamentarismo burguês.

Através dos *strata* sociais que resultam das relações dos seres conviventes agenciados nas atividades produtivas, segundo concebe a ideologia pseudo-socialista, irradiam as miragens ideológicas dos direitos subjetivos que acabaram se cristalizando nos direitos fundamentais das constituições itinerantes.

O campo onde se movem os tentáculos do sigilo vai sendo povoado de fantasmas perigosos. Outro dia, um vespertino aludiu ao "vício do segredo". Julgava-se que era a atmosfera onde cresceu a Santa Aliança da aristocracia moribunda. Que ilusão! Tomou novas formas – mas persiste o sigilismo como forma inimiga da política dos povos em todos os regimes que se organizam no mundo.

As organizações que assessoram os governos de qualquer naipe político são conluios de segredos e valorizam insistentemente as técnicas respectivas, mas seria interessante observar que os laços que prendem essas conjuras à burocracia do sigilo são essencialmente laços financeiros. Que um bom historiador descompromissado faça uma revisão honesta (se possível) do problema na hora atual do supercapitalismo. Se por acaso o fizer, tudo será mantido no sigilo. Sigilo diplomático.

O jornalista que escreveu o suelto que agora motiva estas considerações pasmava-se com os segredos que a nossa caixa de documentos, que é o Itamarati, ainda conserva vindos de eras remotas. G. Barroso, à custa disso, fantasiou uma história judaica do Brasil que é uma coisa espantosa (o resenhador não insiste no ponto porque admirava G. Barroso e sempre o reputou um estudioso digno).

Em prol da cultura dos líderes. Sobre resmungos da imprensa. Rio de Janeiro, 1990.

Não seremos nós que maldiremos os gastos agravantes do processo inflacionário mais destinados a aumentar a cultura dos nossos líderes políticos ansiosos por adquirirem um bom lastro de erudição que lhes alargue os horizontes em que se asfixiam. Assim, toda vez que um presidente assume o alto posto e dá suas voltas pelos centros europeus ou "europóides", aproveitando oportunidades que não se renovam, consideramos, roídos de salutar inveja, o noticiário que os descreve contemplando e apreendendo aquelas paisagens e ouvindo aquelas sabedorias sociais e políticas representadas em personalidades, em monumentos e em universidades.

Agora mesmo, no *Jornal do Brasil* de 8 jan. 1990, 1º cad., p. 3, somos informados de que mediante a insignificância de US$ 300 mil (isto é, NCz$ 8.700.000,00 no câmbio paralelo da data ou 6.780 vezes o salário mínimo), o jovem Presidente Collor e os 12 itinerantes do avião fretado por dez dias andaram

fortalecendo a cosmovisão cultural pelo Velho Mundo, onde sempre se pode aprender alguma coisa.

O maduro Presidente Sarney, sempre que as circunstâncias o permitiam, nunca esqueceu esse dever imperioso. Não teve, porém, a idéia de ir visitar as pirâmides de Quéops, Quefren e Mikerinos, onde poderia beber inspirações para conter as insídias da inflação, o que evidentemente constitui uma injustificável lacuna no seu programa de governo, que tantos progressos trouxe ao País.

Ademais, todos sabemos que os fundos que custeiam as viagens desses nobres e abnegados chefes de Estado, em atividade ou em perspectiva, não derivam de fontes públicas, mas da "caixinha" particular sempre animada do mais puro espírito patriótico, que tanto embeleza a nossa vida política.

Diz a reportagem que o presidente eleito "esticou o passeio visitando o Vale dos Reis, em Luxor, no Egito, onde estão guardados os faraós" – o que excitou a malignidade dos oposicionistas. "O dinheiro é dele e ele usa como quiser", disse modestamente o ministro das Comunicações.

E faz muito bem em procurar ilustrar-se com os faraós do Egito, porque 40 séculos nos contemplam do alto daquelas pirâmides, como disse um economista que ia na equipe dos visitantes ao calcular o custo da pirâmide menor em cruzados novos.

Por que me ufanava do meu País?

Basta abrir qualquer dos nossos diários para compreender que normalizamos a inflação. Tudo corre em plena normalidade inflacionária. O comerciante já não pode exercer a profissão sem o processo que se constituiu sua razão de ser. Os bancos ajustaram-se admiravelmente ao jogo e o presidem com superior tino de espoliação científica. E, no escalonamento hierárquico em que se compôs o ordenamento das atividades nacionais, legitimou-se a estruturação jurídica, que se aperfeiçoou com todos os requintes da estabilidade moral.

Falta-nos competência para apreciar os detalhes da obra que está saindo das mãos dos políticos à frente dos destinos deste opulento país. Mas reina a convicção de que ele resistirá a todos os ensaios experimentados e entrará ainda no ano 2000 com a mesma configuração geográfica.

Ao tempo longínquo em que este valetudinário escrevinhador lia, no colégio do velho Castelo, o "Por que me ufano de meu País", havia, na parede da sala, esta frase convincente: "a grandeza de um povo não se mede pela sua configuração geográfica."

Nenhum professor explicou à classe a significação patriótica da frase. Ninguém desmantelava a retórica do Conde de Afonso Celso. Se o rio Amazonas era grande, o Brasil também era. Corria a era tempestuosa em que a Bélgica resistia às armas germânicas (1914); o bombo de Rui atroava nossos ouvidos maravilhados, Olavo Bilac poetizava as trincheiras de guerra e nós, nos cursos primários, fazíamos instrução militar com mosquetão emprestado pelo 23º Batalhão de Caçadores, comparecendo às "paradas" nos dias cívicos. Aprendíamos a ordem unida *tambour batant* nos areais da praça Coração de Jesus, sob comando do Sargento Eurico Dias. Um dia, um "praça" veio ao lado do sargento, com uma metralhadora Hothchiss para ensinar a desmontá-la e encheu-nos do mais puro orgulho patriótico (...) *"Ó tempora, ó mores!"*

Os "hunos" (eram os alemães nos discursos aliados) eram bárbaros, uivando nos muros de Verdun. *On ne passe pas!*

Durante muito tempo as vitórias aliadas alimentaram esse capitalismo patriótico que retaliava o território europeu a favor do imperialismo vitorioso. Quando essa infância atingiu a juventude e o socialismo começou a desfazer aqueles mitos que encobriam terríveis rivalidades de potências financeiras na disputa de mercados, como o pensamento das universidades mudou de rumo!

As duas ditaduras historicamente categorizáveis

Definem-se, historicamente, duas categorias polares de ditaduras: uma na alvorada do regime *instituendo*, outra no crepúsculo do regime *instituído*. Na primeira, urge defender a nascitura contra as agressões do conservadorismo, eriçado de privilégios e direitos adquiridos, resistentes à plasticidade que exige as formas novas de vida em todos os seres animados, inclusive os superorgânicos na esfera da cultura; os segundos, exauridas as energias modeladoras de novas formas, anunciam, pela inadaptabilidade a novas condições, a rigidez da decadência e dissolução do tipo morfológico.

Pois nesses dois pólos do curso biológico das sociedades vamos encontrar também, em cada um dos "pólos" figurados acima, a respectiva "ditadura", a forma defensiva de sua desintegração.

Nos sistemas sociais que já descreveram seu ciclo histórico e as forças produtivas exauriram as possibilidades das estruturas sociais no seio das quais se desenvolveram plenamente e atingiram seu acme, abre-se-lhe o período de renascença, que é a fase de transição para outro ciclo histórico, como no-lo mostram as diversas fases do evoluir das culturas. A resistência das formas peremptas depende da consistência do primeiro tipo de ditadura acima aludido, que alicia todas as energias conservadoras no sentido de vencer, de extinguir a latência vital das estruturas nascentes portadoras da vitalidade que reclama novos horizontes ideológicos.

Estas novas estruturas, por sua vez, também pedem defesas vigorosas acima das "leis" que vigoravam até então – noutras palavras, ditaduras de novo tipo e de nova coragem.

Em suma, as formas ditatoriais não excluem o conviver com os regimes ditos democráticos. A democracia, muitas vezes, exige o vigor das forças que, em obediência às normatividades advenientes, para disciplinar o desenvolvimento das energias renascentes, ganham as morfologias sociais do que o liberalismo apavorado denomina ditadura, *et pour cause*.

O monarquista Eduardo Prado. Por que não reeditar a *Ilusão americana?*

A pergunta acima feita resultou de uma releitura recente de um artigo coligido nas *Coletâneas* editadas pelas alturas de 1890, em São Paulo, quando o escritor ainda fumegava no seu anti-republicanismo e desfazia-se em louvores a Pedro II e suas virtudes.

Crê este resenhador que o Imperador foi, de fato, um símbolo de imensas virtudes domésticas e mesquinhas qualidades políticas. Ao repassar as decantadas virtudes do neto de Marco Aurélio e de seu parlamentarismo, que vez por outra abrolha na oratória de um cabuloso ignorante de nossa arena política, vem-nos à mente o que se lê nas hemerotecas da monarquia acerca das brabas discussões dos

partidos e das refregas nos recintos das igrejas nos dias eleitorais. Quem, por exemplo, folheia *A Fraternidade*, o *Constitucional*, o *Diário do Estado* (citamos apenas alguns cearenses), espanta-se da violência com que se agridem e desmascaram entre si os adversários. E se aniquilam ferozmente, misturando ódios facciosos e interesses municipais no mesmo caldo tempestuoso.

Pois quando lemos o monarquista Eduardo Prado – o clima é supreendentemente diferente. Para o monarquista de São Paulo, a monarquia foi o êxtase institucional do equilíbrio político. Remeto o leitor às páginas do volume 4 das *Coletâneas*.

Mas não posso fugir à idéia que assalta este humilde rascunhador ao recordar a *Ilusão americana*, o livro antinorte-americano que Prado, refestelado nas delícias do *boulevard* parisiense, engordando com as rendas do *Brejão*, atacara virulentamente a negregada política imperialista do "Tio Sam".

Daí a lembrança de que a editorialística nacional funciona maquiavelicamente bem.

E é nesse sentido que sugerimos uma edição *princeps da Ilusão americana*, que se recomende pela excelência da documentação, pela complementação dos fatos que ilustram as épocas decorridas, pelas injustiças guerreiras do imperialismo cada vez mais calamitoso na sua voracidade expansionista.

Djacir Menezes